


PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPUÃ

LEI Nº 287 de 12 de setembro de 1.960

+++++

O Sr. José Morales Agudo, Prefeito
Municipal de Parapuã, Comarca de Tupã,
Estado de São Paulo, usando de suas
atribuições legais,.....

F A Z SABER QUE A CAMARA MUNICIPAL DE PARAPUÃ, DE-
CRETOU E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI;

Artigo 1º) Fica a Prefeitura Municipal de Parapuã,
autorizada a alienar ao Instituto de Previdencia do Estado de
São Paulo, para doação o imovel abaixo descrito, situado nesta
cidade, para, nós termos do Decreto Estadual Nº 12.762, de 18
de junho de 1.942, modificado pelo Decreto Nº 27.167, de 4 de
janeiro de 1.957, nele se construir predio para funcionamento
de "Unidade Sanitaria Bivalente", localizado nesta cidade à
Rua Bahia, esquina com a Rua Natal, a saber um terreno de for-
ma quadrangular, medindo 30 (trinta) metros para a Rua Bahia e
30 (trinta) metros para a Rua Natal, e 30 metros medidos da Rua
Bahia até os fundos, onde fará divisa com o Sr. Domingos Gimenes,
medindo tambem 30 (trinta) metros medidos da Rua Natal, até os
fundos, onde fará divisa com o snr. Luiz de Souza Leão, ou quem
de direito, composto dos lotes de numero 15 (quinze) e 16 (deses-
seis) da quadra numero 39 (trinta e nove).

Artigo 2º) Na escritura de doação, a ser lavrada após
a apresentação pela Prefeitura Municipal de toda documentação
exigida pelo Instituto de Previdencia, constará clausula expressa
pela qual o donatário não poderá pelo praso de 5 (cinco) anos,
dar ao imovel destinação diversa da prevista nesta lei.

§ Unico) Na referida escritura constará ainda, clau-
sula onde a Prefeitura Municipal responderá pela evicção do imo-
vel doado, obrigando-se a desapropriá-lo e doá-lo novamente ao
Instituto de Previdencia do Estado se ele, a qualquer titulo, fôr
reinvidicado por terceiro ou anulada a primeira doação, tudo sem
ônus para aquela Autarquia.

Continua Fls..... 2



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPUÃ

Continuação Fls..... 2

Artigo) 3º) A doação é irrevogável, excetuada a hipótese a que alude o artigo 2º, parte final, desta lei.

Artigo 4º) Após realizada a doação de que trata esta lei, a Prefeitura Municipal assinará contrato de empreitada com o Instituto de Previdencia do Estado de São Paulo para a construção do prédio referido no artigo 1º, a ser executada pelo seu Departamento de Obras, por conta do referido Instituto, no terreno cuja doação ora se autoriza.


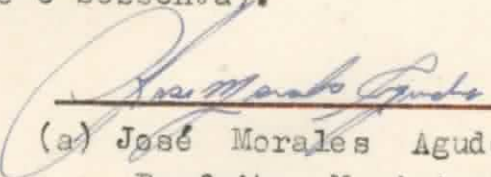
§ Unico) Poderá a Prefeitura Municipal transferir o contrato à firma de sua escolha, registrada no Instituto de Previdencia do Estado e previamente julgada capacitada por ele a desempenhar o encargo profissional e financeiramente, em função do vulto da obra.

Artigo 5º) A construção do prédio de que trata o artigo 1º, deverá iniciar-se dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da lavratura da escritura de doação ficando, porem, na dependencia dos recursos orçamentarios, destinados para esse fim, no Instituto de Previdencia, obedecerá aos padrões, projetos, orçamentos, especificações, cláusulas, planos e condições contratuais a que se refere o Decreto Nº 27.167, de 4 de janeiro de 1.957, supra citado.

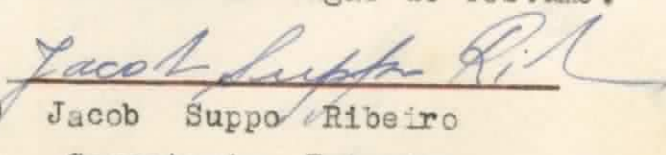
Artigo 6º) A despesa com a execução da presente lei correrá por conta da verba propria do orçamento.

Artigo 7º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Parapuã, aos 12 (doze) de setembro de 1.960 (hum mil novecentos e sessenta).



(a) José Morales Agudo
Prefeito Municipal.

Publicado e Registrado, na Secretaria da Prefeitura Municipal de Parapuã, na data supra, e afixado no lugar de costume.


(a) Jacob Suppo Ribeiro
Secretario Interino.